



FUNDO JBS PELA AMAZÔNIA
Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do auditor independente

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice	Pág.
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	7
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	8
Nota 1 - Contexto operacional	9
Nota 2 - Base de elaboração e apresentação	11
Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa	12
Nota 4 - Imobilizado	12
Nota 5 - Fornecedores	13
Nota 6 - Obrigações fiscais	13
Nota 7 - Obrigações trabalhistas e sociais	13
Nota 8 - Patrimônio líquido	13
Nota 9 - Doações recebidas	13
Nota 10 - Trabalho voluntário	13
Nota 11 - Despesas com projetos	14
Nota 12 - Despesas por natureza	15
Nota 13 - Resultado financeiro	15
Nota 14 - Instrumentos financeiros	15
Nota 15 - Renúncia fiscal	16



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Administradores do
Fundo JBS pela Amazônia
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo JBS pela Amazônia (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo JBS pela Amazônia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

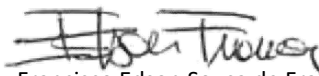
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2023

KPMG Assurance Service Ltda.
CRC 2-SP 023228/O-4


Francisco Edson Sousa de França
Contador CRC-CE 019801/O-0

FUNDO JBS PELA AMAZÔNIA

Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>		<u>Nota</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.523	38.905	Fornecedores	5	252	154
Outros ativos circulantes		35	—	Imposto de renda e contribuição social a pagar	6	618	—
				Obrigações fiscais	6	29	24
				Obrigações trabalhistas e sociais	7	790	552
				Outros passivos circulantes		1	—
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>25.558</u>	<u>38.905</u>	TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.690</u>	<u>730</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
Imobilizado	4	42	40	Patrimônio social		38.215	—
				(Déficit) Superávit do exercício		(14.305)	38.215
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>42</u>	<u>40</u>	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>23.910</u>	<u>38.215</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>25.600</u></u>	<u><u>38.945</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>25.600</u></u>	<u><u>38.945</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

FUNDO JBS PELA AMAZÔNIA

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS SOCIAIS			
Doações recebidas	9	6.041	51.873
Trabalho voluntário	10	3.401	3.358
RECEITAS SOCIAIS		9.442	55.231
DESPESAS COM PROJETOS	11	(14.831)	(8.942)
(DÉFICIT) SUPERÁVIT BRUTO		(5.389)	46.289
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	12	(6.945)	(4.616)
Trabalho voluntário	10 e 12	(3.401)	(3.358)
Propaganda e marketing	12	(245)	(352)
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS		(10.591)	(8.326)
(DÉFICIT) SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(15.980)	37.963
Receita financeira	13	1.675	253
Despesa financeira	13	—	(1)
		1.675	252
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(14.305)	38.215

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

FUNDO JBS PELA AMAZÔNIA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit (Deficit) acumulado	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		—	—	—
Superávit do exercício		—	38.215	38.215
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		—	38.215	38.215
Transferência para o patrimônio social	8	38.215	(38.215)	—
Déficit do exercício		—	(14.305)	(14.305)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		38.215	(14.305)	23.910

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

FUNDO JBS PELA AMAZÔNIA

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) Superávit do exercício		(14.305)	38.215
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	4	19	7
Resultado financeiro líquido	13	(1.675)	(252)
		<u>(15.961)</u>	<u>37.970</u>
Varição em:			
Outros ativos circulantes		(35)	—
Fornecedores		98	154
Imposto de renda e contribuição social		(554)	—
Obrigações fiscais		(127)	24
Obrigações trabalhistas e sociais		238	552
Outros passivos circulantes		<u>1</u>	<u>—</u>
Variações em ativos e passivos operacionais		<u>(379)</u>	<u>730</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(16.340)</u>	<u>38.700</u>
Juros pagos	13	—	(1)
Juros recebidos	13	<u>2.979</u>	<u>253</u>
Caixa líquido de juros gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(13.361)</u>	<u>38.952</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições de ativo imobilizado	4	<u>(21)</u>	<u>(47)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(21)</u>	<u>(47)</u>
Varição líquida		(13.382)	38.905
Caixa e equivalentes de caixa inicial		<u>38.905</u>	<u>—</u>
Caixa e equivalentes de caixa final		<u><u>25.523</u></u>	<u><u>38.905</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis

Fundo JBS pela Amazônia

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



1 Contexto operacional

O Fundo JBS pela Amazônia (Fundo) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, constituído em 28 de setembro de 2020, tendo iniciado suas atividades em janeiro de 2021. Possui prazo de duração indeterminado, sede na cidade de São Paulo, tendo como associados fundadores JBS S.A e Seara Alimentos Ltda., e como associado a Seara Comércio de Alimentos Ltda. Seu objetivo é fomentar e financiar iniciativas e projetos que visam o desenvolvimento sustentável do Bioma Amazônico, promovendo a conservação e uso sustentável da floresta, a melhoria da qualidade de vida da população que nela reside e o desenvolvimento com uso de tecnologia e ciência aplicada, através de doações para projetos apoiados.

O Fundo utiliza a estrutura administrativa de seu associado fundador JBS S.A., de forma compartilhada, contínua e em caráter gratuito, para o desenvolvimento de suas atividades administrativas, por contrato firmado entre as partes.

O orçamento do Fundo aprovado para o ano de 2023, assegura a continuidade de suas operações em níveis equivalentes aos realizados em 2022. Por meio do orçamento, as associadas fundadoras (JBS S.A. e Seara Alimentos Ltda.) realizam suas doações, a fim de assegurar a realização do planejamento.

Atualmente o Fundo atua em três pilares:

A) Pilar Floresta - Conservação e Restauração da Floresta

Com iniciativas focadas em:

- Trabalhar na restauração, remediação e conservação da floresta no Bioma Amazônico;
- Aumentar a produtividade das áreas já exploradas;
- Promover a implantação de sistemas agroecológicos (foco no manejo da produção com conservação ambiental, biodiversidade, ciclos biológicos e qualidade de vida).

Projetos apoiados:

i. RestaurAmazônia: Incentivo a 1.500 famílias de pequenos agricultores com aumento de 30% da renda, restauração da floresta e redução de emissões de carbono, através da restauração com "Sistemas Agroflorestais" (SAFs) de cacau e da intensificação da pecuária de cria em 3.000 hectares.

Principais ações:

- Implantação de boas práticas agropecuárias via "Assistência Técnica e Extensão Rural" (ATER) com intervenção direta em 3.000 hectares;
- Restauração de 1.500 hectares de áreas degradadas com "Sistemas Agroflorestais" (SAFs) de cacau;
- Aumento da produtividade da pecuária; e
- Fomento de quatro negócios de assistência técnica em associações e cooperativas locais com capacitação de boas práticas agropecuárias de baixo carbono.

ii. Corredor Sustentável do Cacau: Apoio na criação de um modelo de organização de empresa e empreendimentos (Arranjo Produtivo Regional) para a cadeia de produção do cacau na região do sudoeste do Pará. Sendo esse o primeiro passo para promover a produção sustentável do cacau, combinando preservação florestal e restauração.

Principais ações:

- Desenvolver um modelo de arranjo regional para a cadeia do cacau na região sudoeste do Pará.

iii. Bluebell – Estudo de valoração dos ativos ambientais em áreas de "Reserva Extrativa" (RESEX): estudo de pré-viabilidade para valoração de ativos ambientais em "Reserva Extrativa" na região da Terra do Meio (PA) (região formada por diversas áreas protegidas localizada no estado do Pará) utilizando um projeto piloto no projeto "Cantinas da Terra do Meio".

Principais ações:

- Estudo de pré-viabilidade para implantação de um modelo de pagamentos por serviços ambientais em áreas protegidas de "Reserva Extrativa" (RESEX), com um projeto piloto sendo analisado no projeto "Cantinas da Terra do Meio".

B) Pilar Comunidade - Desenvolvimento Socioeconômico das Comunidades

Com iniciativas focadas em:

- Incentivar e impulsionar programas de bioeconomia para o desenvolvimento das comunidades;
- Fomentar ações que gerem inclusão social e aumento de renda às comunidades locais;
- Desenvolver a educação e a saúde local.

Projetos apoiados:

i. Programa Economias Comunitárias Inclusivas: Fortalecer a bioeconomia da floresta, na cadeia produtiva do açaí, por meio de uma agroindústria própria. Melhoria na gestão da Cooperativa Amazonbai, pesquisa e desenvolvimento para agregar mais valor aos produtos, aumento da renda de 240 famílias, melhoria na educação e saúde das comunidades, além de ampliar a participação de jovens e mulheres na sociedade.

Principais ações:

- Criação e projeção de uma fábrica para produção de polpa de açaí com certificações socioambientais, possibilitando a ampliação do portfólio de produtos de alto valor agregado; e
- Finalização da construção da escola-família do Bailique e conclusão da transição de gestão para os dirigentes da Amazonbai.

ii. Pesca Justa e Sustentável: Conservação da biodiversidade, fortalecimento da cadeia extrativista do pirarucu, melhoria do bem-estar familiar e aumento da produção e da renda para 450 famílias.

Principais ações:

- Aquisição de uma embarcação certificada para fortalecimento da cadeia extrativista do pirarucu e outras espécies; e
- Elaboração de estudo de viabilidade para indústria de processamento do pirarucu, beneficiando 450 famílias com aumento de renda e produção.

Fundo JBS pela Amazônia

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



iii. Destravando o Crédito Rural para a Bioeconomia da Floresta: Redução do desmatamento e facilitação de acesso ao crédito rural do "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar" (PRONAF) para as cadeias da bioeconomia da floresta (castanha, açaí, pescado, madeira, óleos e resinas).

Principais ações:

- Contratação e treinamento de ativadores locais para apoiar os produtores no acesso ao crédito rural;
- Viabilização de ao menos 2.500 contratos de crédito do "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar" (PRONAF);
- Promoção de consultoria a 15 cooperativas que buscam financiamento e assessoramento periódico em gestão.

iv. AMAZ - Aceleradora e Investimentos de Impacto: Investir R\$ 25 milhões em 30 startups com soluções inovadoras para as áreas de biodiversidade e sócio-ambiental.

Principais ações:

- Criação de fundo de investimento com recursos públicos e/ou privados ("blended finance") com o objetivo de acelerar 30 startups para alavancagem de negócios da floresta, com estímulo ao ambiente empreendedor e apoio de investidores.

v. Mãos Indígenas, Floresta em Pé: Dinamização da bioeconomia em terras indígenas, por meio do desenvolvimento das cadeias produtivas da castanha, sementes e do artesanato.

Principais ações:

- Estímulo ao protagonismo de mulheres e jovens no fortalecimento da governança territorial indígena;
- Estruturação da coleta e armazenamento de castanha;
- Organização de cooperativas e fomento a cadeia do artesanato;
- Início de uma rede de coleta de sementes na região.

vi. Dashboard Piloto de Cadeia da Bioeconomia: Desenvolvimento de um projeto piloto para uma ferramenta de análise ("dashboard") utilizada para visualizar dados sobre Bioeconomia no Brasil, com foco em cadeias produtivas de derivados do extrativismo ou do cultivo de árvores nativas da biodiversidade brasileira.

Principais ações:

- Atualização da ferramenta de análise atual ("dashboard") para uma versão com melhor visualização de bases de dados de cadeias produtivas da bioeconomia.

vii. "Assistência Técnica e Extensão Rural" (ATER) para a Amazônia: arranjos institucionais de assessoria técnica e extensão rural para as cadeias produtivas da biodiversidade: Desenvolver um estudo sobre assistência técnica de cinco cadeias produtivas da biodiversidade amazônica (açaí, cacau, andiroba, castanha e pirarucu).

Principais ações:

- Análise das necessidades e instituições de "Assistência Técnica e Extensão Rural" (ATER) nas cinco cadeias produtivas da biodiversidade na Amazônia analisadas (açaí, cacau, andiroba, castanha e pirarucu);
- Desenho de arranjo institucional para cada uma das cinco cadeias produtivas analisadas;
- Promover publicação online com principais resultados.

viii. Mulheres do Brasil Amazônia que Inspira: Programa de alavancagem de empreendimentos femininos de comunidades tradicionais.

Principais ações:

- Criar um modelo de projeto para um programa de empreendedorismo feminino na Amazônia.

C) Pilar Ciência - Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Com iniciativas focadas em:

- Investir em ciência aplicada para apoiar o desenvolvimento sustentável e engajar os setores produtivos (com foco na geração de negócios);
- Fomentar e acelerar o uso de tecnologias inovadoras combinando geração de riqueza com respeito ao meio ambiente.

Projetos apoiados:

i. Parceria Técnica com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa): Desenvolvimento de novas matérias-primas, ingredientes, produtos e tecnologias para agregar valor às cadeias produtivas da floresta. Além da expansão de novas tecnologias zero ou baixo carbono nos sistemas agroflorestais.

Principais ações:

- Desenvolvimento de novas matérias-primas, ingredientes, produtos e tecnologias para agregar valor às cadeias produtivas da floresta; e
- Expansão de novas tecnologias zero ou baixo carbono nos sistemas agroflorestais.

ii. Geoflora – Automação Florestal e Espacialização de Carbono: Validar a dinâmica do carbono de espécies florestais em diferentes usos do solo.

Principais ações:

- Criação de um algoritmo utilizado para monitorar emissão de Gases do Efeito Estufa, desmatamento e valoração de ativos ambientais como crédito de carbono.

Fundo JBS pela Amazônia

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



iii. INOVAMAZÔNIA - Ingredientes da Amazônia: Financiamento de projetos de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e/ou ingredientes, a partir da biodiversidade da Amazônia, para aplicações na indústria alimentícia.

Principais ações:

- Financiamento de pesquisas para utilização de espécies nativas do Bioma Amazônico (Cupuaçu, Guaraná, Castanha-do-Pará, Babaçu, Cogumelos, entre outras) no desenvolvimento de novos ingredientes e produtos para o mercado de alimentos de base vegetal.

iv. Bioplástico da Amazônia: Desenvolvimento de material sustentável a partir de fibras orgânicas.

Principais ações:

- Desenvolvimento de material biodegradável através do aproveitamento de fibras amazônicas.

v. Proteínas da Amazônia: Desenvolvimento de alternativas para extração de proteína vegetal.

Principais ações:

- Apoio a pesquisa de viabilidade técnica e econômica para extração da proteína das tortas de Cupuaçu e Castanha-do-Pará (parte envoltória ou interna de sementes dos frutos).

vi. Novas Tecnologias para Embarcações nas Comunidades Amazônicas – Identificar equipes, na região amazônica, capazes de desenvolver um conjunto de equipamentos ("kit"), usados para converter motores de pequenas embarcações movidos a combustíveis fósseis em motores elétricos.

Principais ações:

- Listar as 3 melhores equipes com competências para realizar um projeto piloto para o desenvolvimento do "kit" de acordo com os requisitos definidos pelo Fundo.

2 Base de elaboração e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis do Fundo foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME).

A preparação das demonstrações contábeis, em conformidade com o CPC PME, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dessa forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Não há outros resultados abrangentes e, portanto, não está sendo apresentada a Demonstração do resultado abrangente.

As políticas contábeis estão descritas nas notas explicativas as quais se relacionem, sendo que as principais são detalhadas a seguir:

a) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

b) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

c) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

d) Receitas sociais

As receitas sociais são oriundas de doações e contribuições associativas recebidas, registradas mediante a documentação hábil de acordo com a modalidade restritiva, sendo:

i. Doações recebidas sem restrições, para utilização em projetos: São doações recebidas dos associados fundadores, associados e terceiros com o objetivo de serem utilizadas em qualquer um dos projetos apoiados pelo Fundo. São reconhecidos como receita em conta específica quando da efetiva entrada dos recursos;

ii. Doações recebidas para administração institucional: São doações recebidas dos associados fundadores, associados e terceiros com o objetivo de serem utilizadas na manutenção das atividades administrativas do Fundo. São reconhecidos como receita em conta específica quando da efetiva entrada dos recursos;

iii. Contribuições associativas recebidas de associados para administração institucional: São contribuições realizadas pelos associados fundadores e associados com o objetivo de serem utilizadas na manutenção das atividades administrativas do Fundo. Se diferenciam das doações por serem isentas de "ITCMD - Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação" para o Fundo. São reconhecidos como receita em conta específica quando da efetiva entrada dos recursos;

Fundo JBS pela Amazônia

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



e) Despesas com projetos e despesas operacionais

As despesas do Fundo se dividem em Despesas com Projetos e Despesas Operacionais, sendo:

i. Despesas com projetos: São doações realizadas pelo Fundo para aplicação nos projetos apoiados. São registradas no momento em que os respectivos gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto.

ii. Despesas operacionais: São os gastos incorridos pelo Fundo na execução de suas atividades. As despesas são registradas pelo regime de competência e estão divididas em despesas administrativas e gerais, despesas com propaganda e marketing e impostos e taxas.

f) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Fundo. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

g) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD

i. Sobre as doações recebidas:

As despesas com ITCMD sobre as doações recebidas até 20 de julho de 2021, estão apresentadas na rubrica Doações recebidas, conforme demonstrado na nota explicativa 9.

Em 21 de julho de 2021 nos termos do §2º do art. 6º da Lei 10705/00, na redação da Lei 10992/01, do §1º do art. 6º e do art. 9º do Decreto 46655/02, o Fundo obteve isenção de ITCMD para as doações recebidas, sendo, a partir dessa data, isento de recolher ITCMD para doações recebidas. Essa isenção é válida por três anos. Não há incidência de ITCMD sobre doações recebidas de Contribuições Associativas e quando a doação for inferior a 2.500 UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), equivalentes a R\$ 85.650,00 em 31 de dezembro de 2022.

ii. Sobre as doações efetuadas:

A obrigação de recolher o ITCMD incidente sobre as doações efetuadas é das donatárias, exceto quando definido em contrato e acordado entre as partes, o Fundo assume essa responsabilidade. As despesas com ITCMD sobre as doações efetuadas recolhidas pelo Fundo estão apresentadas na rubrica Despesas com projetos, conforme demonstrado na nota explicativa 11.

h) Trabalho voluntário

O Fundo obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário pelos: Conselhos de Administração, Fiscal e Consultivo, e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e por outros serviços voluntariados, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de bancos e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo. O valor contábil desses ativos se aproxima de seus valores justos.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Bancos	5.835	2.364
Aplicações financeiras ⁽¹⁾	19.688	36.541
	<u>25.523</u>	<u>38.905</u>

⁽¹⁾ Referem-se a operações de renda fixa, realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha pós-fixados, atrelados a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

4 Imobilizado

	<u>Vida útil dos ativos imobilizados</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
				<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Equipamentos de informática	3 anos	68	(26)	42	40
		<u>68</u>	<u>(26)</u>	<u>42</u>	<u>40</u>

Movimentação do imobilizado

	<u>31.12.21</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31.12.22</u>
Equipamentos de informática	40	21	(19)	42
	<u>40</u>	<u>21</u>	<u>(19)</u>	<u>42</u>

Fundo JBS pela Amazônia

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



5 Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Serviços	252	124
Materiais	—	30
	252	154

6 Obrigações fiscais

O Fundo é contribuinte do PIS sobre a folha de pagamento, IR, CSLL e COFINS sobre as receitas financeiras, além de ser responsável pelas retenções e recolhimentos de ISS, INSS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF sobre serviços contratados de terceiros.

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e contribuições incidentes sobre as operações:		
PIS s/ a folha de pagamento	5	3
COFINS s/ as receitas financeiras	16	—
	21	3
Retenções de impostos e contribuições sobre serviços contratados de terceiros:		
PIS, COFINS, CSLL e IRPJ retidos a recolher	8	20
ISS retido a recolher	—	1
	8	21
Subtotal	29	24
Imposto de renda e contribuição social a pagar s/ receitas financeiras	618	—
Total	647	24

7 Obrigações trabalhistas e sociais

	31.12.2022	31.12.2021
Férias e encargos a pagar	404	277
Salários e encargos sociais	214	155
Imposto de renda retido na fonte a recolher	168	119
Outras obrigações	4	1
	790	552

8 Patrimônio líquido

Conforme Estatuto Social, o Fundo deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participações no seu superávit.

Através da deliberação de aprovação o superávit do exercício será integralmente incorporado ao patrimônio social.

9 Doações recebidas

	31.12.2022	31.12.2021
Doações para aplicação em projetos e administração institucional	6.041	51.633
Contribuições associativas para administração institucional	—	500
	6.041	52.133
ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação	—	(260)
Total das doações recebidas	6.041	51.873

Fundo JBS pela Amazônia

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



10 Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucro, o Fundo JBS Pela Amazônia identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	31.12.2022	31.12.2021
a)- Honorários dos Conselheiros		
Conselho da Administração	322	288
Conselho Fiscal	483	432
Conselho Consultivo	2.095	2.160
	2.900	2.880
b)- Compartilhamento da Infraestrutura Administrativa da JBS		
Compartilhamento Administrativo	501	478
	3.401	3.358

Não houve, para nenhum dos valores acima, desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, e sem efeito no superávit (déficit) do exercício.

11 Despesas com projetos

A seguir a abertura dos recursos aplicados por projeto apoiado:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Pilar Floresta - Conservação e Restauração da Floresta</u>		
RestaurAmazônia	(6.598)	(2.649)
Corredor Sustentável do Cacau	(405)	—
	(7.003)	(2.649)
<u>Pilar Comunidade - Desenvolvimento Socioeconômico das Comunidades</u>		
Programa Economias Comunitárias Inclusivas	(3.669)	(4.884)
Destravando o Crédito Rural para a Bioeconomia da Floresta	(560)	(587)
AMAZ - Aceleradora e Investimentos de Impacto	(184)	(452)
Mulheres do Brasil Amazônia que Inspira	(146)	(234)
Mãos Indígenas, Floresta em Pé	(982)	—
Dashboard Piloto de Cadeia da Bioeconomia	(15)	—
	(5.556)	(6.157)
<u>Pilar Ciência - Desenvolvimento Científico e Tecnológico</u>		
Parceria Técnica com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	(1.345)	—
INOVAMAZÔNIA - Ingredientes da Amazônia	(25)	—
Bioplástico da Amazônia	(431)	—
Proteínas da Amazônia	(139)	—
Novas Tecnologias para Embarcações nas Comunidades Amazônicas	(101)	—
	(2.041)	—
<u>ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação⁽¹⁾</u>	(231)	(136)
Total das despesas com projetos	(14.831)	(8.942)

As definições e principais ações de cada projeto estão descritas na nota explicativa 1 - Contexto operacional.

(1) Conforme nota explicativa 2.g.ii - ITCMD sobre doações efetuadas.

Fundo JBS pela Amazônia

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



12 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza e sua respectiva classificação por função:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas administrativas e gerais		
Salários e benefícios	(4.620)	(3.187)
Honorários e serviços e outros	(2.298)	(1.361)
Impostos e taxas	(8)	(61)
Depreciação e amortização	(19)	(7)
	<u>(6.945)</u>	<u>(4.616)</u>
Trabalho voluntário	<u>(3.401)</u>	<u>(3.358)</u>
Propaganda e Marketing		
Despesas com patrocínio	(125)	(250)
Despesas com propaganda e publicidade	(69)	(98)
Brindes	(14)	(4)
Feiras e eventos	(37)	—
	<u>(245)</u>	<u>(352)</u>
Total das despesas operacionais	<u>(10.591)</u>	<u>(8.326)</u>

13 Resultado Financeiro

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	2.979	253
Cofins sobre receitas financeiras	(132)	—
Imposto de renda e contribuição social sobre receitas financeiras	(1.172)	—
	<u>1.675</u>	<u>253</u>
Despesa financeira		
Juros passivos	—	(1)
	<u>—</u>	<u>(1)</u>
Total do resultado financeiros líquido	<u>1.675</u>	<u>252</u>

14 Instrumentos financeiros

O Fundo opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Fundo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

De acordo com o Pronunciamento técnico PME, existem três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo, sendo:

Nível A: A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou valor similar) em mercado ativo.

Nível B: Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo.

Nível C: Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O Fundo mensura seus instrumentos financeiros a valor justo de acordo com o Nível A.

Fundo JBS pela Amazônia

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



O Fundo está sujeito aos seguintes fatores de risco:

Risco de liquidez

É o risco de o Fundo encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem do Fundo na administração da liquidez é de garantir, por meio da administração de caixa, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações.

Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, possam impactar os instrumentos financeiros e custos do Fundo. O Fundo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósitos interbancários.

a. Taxa de juros

Os valores em exposição de taxas de juros do Fundo são indexados a taxas pós-fixados, por CDI, e compreendem os saldos de aplicações financeiras. Ao final do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Instrumentos financeiros pós-fixados em CDI

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Aplicações financeiras	19.688	36.541

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia Taxa		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
CDI	Redução	13,6500 %	13,5524 %	(36)	10,2375 %	(1.247)	6,8250 %	(2.494)

15 Renúncia Fiscal

De acordo com a Lei 9.532/97 artigos 12 e 15 e MP 2.158/35, o Fundo possui as seguintes isenções e incentivos fiscais:

Isenções sobre as receitas decorrentes de atividades próprias ao Fundo:

- IRPJ e CSLL;
- PIS e COFINS;
- ITCMD sobre doações recebidas⁽¹⁾

⁽¹⁾ Conforme informado na nota explicativa 2.g.i o Fundo possui isenção de ITCMD para doações recebidas a partir de 21 de julho de 2021 com validade de três anos, renovável.

Incentivos:

- PIS - alíquota de 1% sobre a folha de pagamento;
- COFINS - alíquota de 4% sobre receitas financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho: Gilberto Tomazoni
Vice-Presidente: Jeremiah Alphonsus O'Callaghan

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho: Adrian Lima da Hora
Membro do Conselho: Demétrius Nichele Macei
Membro do Conselho: Orlando Octávio de Freitas Júnior

Diretora Presidente: Joanita Maestri Karoleski

Contador: Agnaldo dos Santos Moreira Jr. (CRC SP: 244207/O-4)
